

Novas leis defendem direitos humanos

O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, disse que nos dois últimos anos foram aprovadas 15 leis importantes de defesa dos direitos humanos e o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que somente os que não viveram regimes de exceção não dão importância às leis, na comemoração do segundo aniversário do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) em cerimônia no Palácio do Planalto. "Espero que o Congresso aprove o projeto que transfere à Justiça Federal o julgamento de crimes contra os Direitos Humanos", disse o presidente.

A medida é considerada estratégica porque em algumas regiões a Justiça estadual sofre mais pressão, principalmente quanto ao orçamento que negocia com o Executivo.

Mesmo com algumas críticas, principalmente sobre o que chamam de "diferença entre o excelente discurso e a tímida ação", alguns deputados federais da oposição reconhecem em José Gregori um secretário de respeito. Alguns até dizem que gostariam de vê-lo como ministro da Justiça. Esses deputados têm um diagnóstico preocupante: o Estado ainda é o principal violador dos Direitos Humanos, principalmente em razão dos abusos cometidos pelo aparelho policial.

Para o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), o PNDH é positivo, mas o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. "Um País que tem em sua história 400 anos de escravidão e 500 anos de extermínio da popula-



FERNANDO Henrique comprimenta José Gregori pelo trabalho à frente da secretaria

ção indígena tem dificuldades para assimilar a cultura de defesa dos Direitos Humanos." Nosso passado recente, com duas longas ditaduras, também trouxe péssimas consequências. Miranda foi o primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados e autor do projeto que a criou, aprovado em 31 de janeiro de 1995. Para ele, é

uma tarefa prioritária unificar, reformular e desmilitarizar as polícias.

O cientista político e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Paulo Sérgio Pinheiro, não concorda com as críticas ao governo. Para ele, apesar do complicado contexto político, com o Congresso analisando as reformas, muita coisa

importante foi aprovada. Eles destaca a nova lei que transfere à Justiça Civil o julgamento dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares. "Não foi aprovado o melhor projeto, mas houve um grande avanço."

Pinheiro também julga fundamental a lei que considera crime a tortura e a garantia de todo cidadão obter certidões de

nascimento sem pagar nada aos cartórios. "No dia 10 de dezembro deste ano devemos publicar um relatório do acompanhamento do PNDH."

O atual presidente da CDH da Câmara é o deputado Eraldo Trindade (PPB-AP), que está em seu terceiro mandato parlamentar. Ele também não vê muito empenho da base que sustenta o governo. "O projeto que federaliza os crimes contra os Direitos Humanos e o que dá mais autonomia e poder ao CDDPH estão parados."

Trindade cita um exemplo do que é a luta pelos Direitos Humanos nos Estados: "O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Gercino José da Silva Filho, vive com a escolta de policiais federais porque foi ameaçado quando deu prioridade ao combate a grupos de extermínio". O deputado Hélio Bicudo (PT-SP) reconhece que o PNDH traz o assunto para um patamar mais alto: "Fica mais difícil dizer que os Direitos Humanos servem para defender criminosos". Para ele a Secretaria Nacional de Direitos Humanos deveria ter estrutura de um ministério. Sobre o empenho da base governista Bicudo cita um caso concreto. Quando apresentou o projeto para retirar da Justiça Militar todos os crimes praticados por policiais militares no exercício da atividade, quem coordenou a oposição à proposta foi o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES). Ele afirma que, atualmente, o lobby das Polícias Militares no Congresso é muito mais forte e atuante.